DOI: 10.5418/RA2011.0701.0006

REFLEXÕES SOBRE PARADIGMAS, GEOGRAFIA E CONTEMPORANEIDADE

Reflections on Paradigms, Geography and Contemporanity

Profª. Drª. Roberto Lobato Correa
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Cidade Universitária, Ilha do Fundão, CEP: 21945970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Tel/Fax: (+55 21) 22707773 / 25901308 - lobatocorrea@uol.com.br

Resumo

Este ensaio considera quatro temas que emergem das relações entre paradigmas e a geografia a partir de 1970. São eles: a pluralidade temática, as relações diferença-padrão, a espacialidade e a polivocalidade. Estes temas advêm de diferentes matrizes e definem a heterotopia vigente na geografia contemporânea.

Palavras-chave: paradigmas, pluralidade, padrão e diferença, espacialidade, polivocalidade.

Abstract

This paper considers four themes that have emerged from the relationships between paradigms and geography since 1970 – thematic plurality, difference-pattern relationships, spatialization, and polyvocality. These themes are derived from distinct frameworks and define the heterotropia found in contemporary geography.

Key Word: Paradigms, plurality, difference-pattern, spatialization, polyvocality.

Resumen

Este ensaio considera quatro temas que emergem das relações entre paradigmas e a geografia a partir de 1970. São eles: a pluralidade temática, as relações diferença-padrão, a espacialidade e a polivocalidade. Estes temas advêm de diferentes matrizes e definem a heterotopia vigente na geografia contemporânea.

Palabras Clave: Paradigmas, pluralidade, diferença-padrão, espacialidade, polivocalidade.

ISSN 1679-768 X © 2003, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Todos os direitos reservados.

INTRODUÇÃO

Este ensaio considera algumas breves reflexões sobre paradigmas, geografia e contemporaneidade, três tópicos cujas relações trazem à tona inúmeros pontos densos e controversos, envolvendo um campo específico do conhecimento que possui longa história, as diversas possibilidades de produzir conhecimento científico e uma temporalidade específica. Há, em realidade, vários paradigmas, várias geografias e uma contemporaneidade complexa.

Neste ensaio alguns poucos pontos foram selecionados a partir de nossa vivencia como geógrafos e não como filósofo da ciência ou especialista em história do pensamento geográfico. Mais particularmente o texto revela a minha trajetória em um longo período que se caracterizou pela sucessão de inúmeros paradigmas que, nos últimos 50 anos marcaram a geografia. Na minha trajetória esta sucessão teve um forte impacto, que se revela nos textos por mim produzidos. A seleção dos pontos a serem brevemente discutidos inclui o pluralismo contemporâneo, diferença e padrão, a espacialidade e a polivocalidade. Antes definiremos o que consideramos como paradigma e contemporaneidade.

PARADIGMAS E CONTEMPORANEIDADE

Por paradigma entende-se o conjunto de ações intelectuais que possibilitam estabelecer uma dada inteligibilidade à realidade, com base em conexões de idéias de natureza descritiva, explicativa, normativa, preditiva ou compreensiva. Nesta conexão estão diferentes relações entre sujeito do conhecimento e objeto de conhecimento. Das conexões emergem também problemáticas, questionamentos e os procedimentos operacionais. Um paradigma tem uma vertente teórico-conceitual e outra metodológica, tratando-se, em realidade, de uma matriz intelectual. Um paradigma não leva, contudo, à seleção de alguns temas e à exclusão de outros, pois cada tema é passível de ser abordado por mais de um paradigma, ainda que preferências temáticas tenham sido estabelecidas no âmbito de um dado paradigma. A reclusão de um tema em um único paradigma é um equívoco, derivado da adoção de uma visão reducionista, seja qual for o paradigma considerado.

Na história do pensamento geográfico que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX aos dias atuais, as mudanças de paradigmas foram numerosas, sobretudo nos últimos 60 anos, revelando o dinamismo da geografia e sua inserção no debate no âmbito da ciência em geral, conforme, entre outros apontam Capel (1981), Livingstone (1992) e Gomes (1996). A consulta a Eagleton (1996) é útil, pois o autor apresenta uma visão condensada a respeito dos paradigmas vigentes nas ciências sociais e humanidades nas últimas décadas, entre eles a fenomenologia, hermenêutica, estruturalismo, semiótica e o pós-estruturalismo. Não retomaremos estes autores mas a partir das matrizes intelectuais por eles discutidas e alicerçados em nossa própria vivencia como geógrafo, consideraremos alguns pontos para, mais tarde (re)pensar a trajetória da geografia brasileira na contemporaneidade.

A contemporaneidade é entendida como o tempo presente que se estende de aproximadamente 1970 aos dias atuais. Trata-se de um período denso, no qual ocorre uma combinação de características que o distingue dos períodos que o antecederam ou que irão ocorrer. A combinação é específica do presente mas na contemporaneidade há resíduos de combinações do passado e combinações ainda embrionárias que anunciam novo período, nova contemporaneidade. Os pontos aqui discutidos são, no nosso entender, importantes e fazem parte da contemporaneidade, caracterizada esta pelo pluralismo de idéias, vozes e práticas e pelo embate entre homogeneidade e heterogeneidade, os quais estão inscritos no movimento geral da sociedade.

O PLURALISMO CONTEMPORANEO

A geografia contemporanea caracteriza-se pela pluralidade de paradigmas. Ampliando aquilo que Duncan (2000) afirmou sobre a geografia cultural, a geografia em geral constitui-se progressivamente em uma heterotopia epistemológica em que coexistem várias matrizes intelectuais, cujos adeptos ora se degladiam entre si e ora, cada vez mais, cooperam entre si. Nesta heterotopia quebra-se os monismos, cada um caracterizado pela crença no 'método' único, e celebra-se as diferenças entre os membros da comunidade ou, menos frequentemente, a heterotopia presente em alguns dos geógrafos contemporaneos. O livro 'Trajetórias Geográficas' parece ser um bom exemplo desta heterotopia (Corrêa, 1997).

As diferenças epistemológicas advêm, de um lado, da descrença no positivismo e, de outro na retomada de matrizes esquecidas ou pouco exploradas. Ambos viabilizaram a possibilidade de questionar o mundo real considerando diferentes processos, agentes sociais, formas e significados em suas complexas espacialidades e com base em olhares distintos. O mundo real permite inúmeras possibilidades de questionamentos. As diferenças, por outro lado, alimentam o debate, levando o geógrafo a refletir sobre a sua própria produção intelectual mas também a daqueles que pensam diferentemente de nós mas não necessariamente de modo errado (Duncan, 2000). Afinal, são as diferenças que alimentam o avanço e não o pensamento único, que se repete, tornando-se incapaz de avançar: ao contrário, tende a desaparecer. Mas isto nos obriga a um temporário exílio de nossas idéias, procurando compreender a lógica da construção de outras inteligibilidades, distintas daquelas a que nos vinculamos (Geertz, 1989).

É sempre possível, por outro lado, incorporar na íntegra, parcialmente ou de modo re-significado os resultados das pesquisas realizadas por aqueles que pensam diferentemente de nós, que enxergam o mundo com lentes distintas das nossas, que produzem outras inteligibilidades a respeito do mundo real. A incorporação introduz um caráter híbrido aos resultados, os quais advém de uma concepção da ciência em uma perspectiva rizomática, onde há fecundação de idéias a partir de matrizes distintas. Nega-se, assim, a perspectiva que advoga a visão da ciência como uma árvore, na qual as relações entre as partes se fazem por intermédio da matriz intelectual.

A tese da pluralidade encontra respaldo nas idéias de Paul Feyerabend (1974) que, com base na proposição de Lenin aos revolucionários russos, sugere que os cientistas devem dominar todos os meios de se produzir conhecimento para poder criar novas inteligibilidades a respeito do mundo real. A pluralidade de matrizes intelectuais é, assim, necessária, segundo Feyeabend.

A tese da pluralidade, finalmente, coaduna-se com a proposição de Geertz (2004) sobre mistura de gêneros: na qual há a combinação de um distinto modo de produzir conhecimento, com um distinto modo de apresentá-lo. Cria-se um produto que se caracteriza por um outro hibridismo, mas este parece ser uma característica do pluralismo contemporaneo.

DIFERENÇA E PADRÃO

Explícito nas formulações sobre a natureza da geografia estão, de um lado, a proposição da geografia procurar evidenciar o caráter único das áreas, enfatizando as diferenças e, de outro, a proposta que procura evidenciar padrões, semelhanças, regularidades empíricas. Emfatiza-se os padrões, tendo as diferenças um papel secundário. Visões idiográfica e nomotética, respectivamente, em torno das quais embates se verificaram, em torno da perspectiva nominalista e realista, em torno de uma polarização em extremos. Hartshorne e Schaefer são os protagonistas deste debate na geografia sobretudo na década de 1950.

É com a perspectiva crítica, calcada no materialismo histórico e dialético, que a polarização acima é resolvida, por meio da construção de uma escala de apreensão do real, calcada nas categorias do universal, particular e singular. As categorias se interpenetram, cada uma contendo e estando contida na outra. O universal ou geral é concebido como o resultado de processos gerais, repetitivos,

que controlam o particular e o singular, que são suas manifestações. O particular ou o tipo, genero ou classe, é uma mediação entre o universal e o singular. O particular resulta de processos gerais que se especificaram por meio de processos particulares, comuns a um dado grupo. O singular, por sua vez, e não o único, resulta da combinação de processos gerais, particulares e individuais, além de heranças e da aleatoriedade. O universal e o particular se encontram fenomenicamente no singular. Consulte-se Lukacs (1978). Esta importante proposição destrói a polarização dicotômica entre padrão e diferença levados aos limites extremos, um negando o outro. A incorporação das escalas de apreensão do real para a geografia contemporanea liberou-a de um de seus gargalos.

As escalas de apreensão do real nos possibilitam estudar uma rua, um bairro, uma cidade ou uma região na perspectiva de um estudo de caso, impensável na visão idiográfica. Possibilitam também os estudos comparativos, também impensáveis na visão idiográfica. Em ambos os tipos de estudos consideram-se as diferenças e as semelhanças. Convergencia e divergencia, semelhança ou padrão e diferença são assim unidos segundo esta perspectiva escalar.

As escalas de apreensão do real nos possibilitam estudar o global e o local ou o global e o regional. Mas é necessário levar em consideração que a cada escala alteram-se aquilo que é visível, como a problemática e os questionamentos. Do mesmo modo as teorias devem ser cuidadosamente selecionadas, pois corre-se o risco de se adotar uma teoria macro, universal, em uma área, não considerando que esta é simultaneamente universal, particular e singular. Em outros termos é necessário ter em mente quadros explicativos para cada escala. Marx, o capitalismo, Lefébvre, o urbano capitalista, e Hoyt, o setor nobre da cidade, são, em realidade, complementares. Consulte-se, a respeito da escala Castro (1995), Corrêa (2001-2003) e McMaster e Sheppard (2004).

Em resumo, diferença e padrão são duas faces complementares que caracterizam o conhecimento. Para a geografia isto é fundamental.

A ESPACIALIDADE

A espacialidade é um atributo da ação da natureza e humana. Sua manifestação primeira se dá por meio de diferenças locacionais de processos e formas, estabelecendo uma diferenciação espacial. A espacialidade exibe diferentes temporalidades, cada uma com sua lógica própria, fazendo-se presente nas diferenças morfo-climáticas, como nas hordas nômades primitivas, nos primeiros assentamentos humanos, nas cidades cerimoniais, asiáticas e seus territórios tributários, no Império Romano e nas sociedades subsequentes, assumindo maior complexidade no capitalismo. Parte integrante da ação humana a espacialidade é simultaneamente reflexo, meio e condição social, associando-se à existência e reprodução humana.

A espacialidade humana tem uma essencial centralidade na geografia, constituindo-se na característica distintiva face ás outras ciencias. Assim, falar em "spatial turn" (virada espacial) em relação à geografia, tal como ocorreu nas outras ciencias sociais durante a década de 1980, constitui-se em equívoco. Razão do ser da geografia a espacialidade pode ser considerada em qualquer escala do espaço geográfico. Mais importante ainda, a espacialidade está presente em todas as matrizes intelectuais que, da segunda metade do século XIX aos dias atuais, marcaram a trajetória geográfica. Elaboremos algumas considerações sobre a espacialidade em alguns dos paradigmas vigentes na geografia pós-70.

Na perspectiva do materialismo histórico e dialético a espacialidade tem merecido significativa atenção, com intensidade similar àquela recebida pelos adeptos da análise espacial dos anos 1950 e 1960. A contribuição seminal é a de Lefébvre (1974) com os conceitos de representação do espaço, espaço de representação e prática espacial. Entre os geógrafos, que aqui não serão discutidos, estão as contribuições de David Harvey, Edward Soja, Milton Santos e Doreen Massey.

A espacialidade é considerada por meio de alguns conceitos que descrevem processos sociais e formas espaciais criados em uma sociedade na qual há fortes contradições e tensões a partir do

processo de acumulação de capital. A espacialidade é parte integrante da existencia diferenciada dos grupos humanos e, ao mesmo tempo, das condições de reprodução dessas diferenças.

A espacialidade está presente no ciclo de reprodução do capital, no qual há uma divisão territorial do trabalho em cada momento do referido ciclo. Está presente também na divisão do trabalho que gera regiões e locais especializados, assim como nas áreas sociais intra-urbanas, na jornada para o trabalho e viagens de toda ordem. As lutas sociais, efetivadas em um espaço socialmente diferenciado, exibem uma espacialidade particular, envolvendo, ora, os locais de produção, ora os locais de reprodução.

Creio ser necessário, no entanto, aprofundar a análise a respeito da espacialidade em uma perspectiva crítica, que tem valorizado mais os processos e negligenciado as formas espaciais e as interações espaciais. A re-introdução de antigos conceitos agora re-significados ou a formulação de novos constituem um desafio para os geógrafos.

A espacialidade adquire o sentido de lugar na perspectiva humanista. A distinção entre espaço e lugar é crucial, o primeiro sendo considerado como amplo, desconhecido e impessoal, enquanto o segundo como restrito emocionalmente, seguro e pessoal. Trata-se de uma espacialidade experienciada, marcada por uma relação de objetividade e subjetividade, na qual a afeição ou o desgostar delineiam os limites da avaliação. Lugar e deslugar são conceitos que exprimem esses limites. Consulte-se Tuan (1983), Relph (1976) e Holzer (2010), que tem se dedicado à temática do lugar na perspectiva humanista.

O conceito de lugar, no entanto, está impregnado de outras versões, distintas daquela da perspectiva humanista. Uma visão marxista de lugar deve estabelecer uma conexão com a teoria marxista.

Na geografia cultural pós-70, caracterizada pela heterotopia epistemológica, a espacialidade vincula-se à práticas nas quais significados são criados e recriados e expressos em representações espaciais fixas e móveis. Entre as primeiras estão os templos, estátuas, memoriais, parques temáticos, shopping centers e lugares sagrados como cidades-santuário, montanhas, rios e queda d'água sacralizados. Entre as representações móveis estão as procissões, paradas e marchas nas quais itinerários simbólicos são criados e percorridos sistematicamente mas não cotidianamente.

O conceito de formas simbólicas formulado por Cassirer (2001) na década de 1920 é fundamental nesta perspectiva. Corrêa (2008) introduz o conceito de formas simbólicas espaciais para templos, parques temáticos, lugares sagrados e outras formas simbólicas. Conceitos de ícones de lugares, pseudo-lugar, lugar retórico, lugar vernacular e paisagem da simulação são chaves para identificar a diferenciação espacial simbólica.

A espacialidade simbólica, contudo, pode ser considerada a partir das práticas e significados construídos pelos outros e não por nós. São práticas e significados dotados de uma lógica inteligível por eles e não por nós. Decodificar esta lógica e torná-la compreensiva para nós é um esforço que o geógrafo deve realizar, tornando a inteligibilidade do outro inteligível para nós (Geertz, 1983). Consulte-se a respeito o estudo de Duncan (1990) sobre a paisagem da cidade de Kandy, Sri Lanka, no primeiro quartel do século XIX, no qual há o confronto entre três interpretações distintas a respeito da paisagem.

Em resumo, a espacialidade, ao ter essencial centralidade na geografia, é objeto de interesse e debate nos paradigmas vigentes na contemporaneidade. Mais do que isto, também o será no futuro.

A POLIVOCALIDADE

No processo de crítica às correntes que argumentam que as construções humanas são objeto de uma única e comum interpretação, emerge uma corrente que advoga que as construções humanas são passíveis de múltiplas interpretações, com múltiplas vozes se pronunciando. Esta corrente é pós-estruturalista admitindo o caráter aberto, instável das construções humanas. Fala-se em polivocalidade, em diversas representações a respeito de uma mesma construção humana.

Segundo Hall (1997) há três vias pelas quais as interpretações podem ser feitas. A primeira, reflexiva, admite que as construções humanas são auto-comunicativas, sendo os significados apreendidos pelos sentidos. A segunda, intencionalista, admite que é suficiente decodificar as intenções do autor da construção para torná-la inteligível. A terceira, construcionista, nega as duas primeiras e argumenta que as interpretações são dependentes da experiência dos diferentes grupos sociais, cada um construindo a sua própria interpretação. Esta via leva à polivocalidade.

Desenvolvida no âmbito da lingüística, semiótica e crítica literária, a perspectiva construcionista foi incorporada por inúmeros geógrafos culturais e considerada nos estudos sobre formas simbólicas espaciais como a paisagem e monumentos e naqueles que discutem um dado conceito ou teoria. A este respeito a contribuição de Meinig (2003), elaborada nos anos 70 é fundamental. A paisagem, segundo ele, não é vista apenas com os nossos olhos, mas também com aquilo que se esconde em nossas mentes. Meinig exemplifica com 10 versões sobre a mesma paisagem, que pode ser vista, por exemplo, como sistema, problema, ideologia, riqueza e estética. Consulte-se, além do já mencionada estudo de Duncan (1990) o texto de Duncan e Sharp (1993).

Muitos estruturalistas argumentam ser a polivocalidade uma ideologia falsa consciência. Mas as interpretações consideradas dissonantes revelam diferentes experiências e visões do mundo e devem se tornar inteligíveis, independentemente de concordarmos com ela. A este respeito a frase antológica do carnavalesco Joãozinho Trinta é eloquente: “Intelectual é quem gosta de pobreza, pobre gosta é de luxo”. Mas a polivocalidade pode se constituir em forma de contestação e de resistência por meio da qual rejeita-se as interpretações oficiais a respeito da realidade. É assim, um antídoto contra o pensamento único. As figuras de palavras, metáforas, metonímias e sinédoques ou as figuras de pensamento como a ironia, são meios pelos quais criam-se significados vernaculares em oposição às imposições oficiais, a retórica do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este pequeno ensaio visou trazer para o debate alguns pontos relativos às relações entre paradigmas, geografia e contemporaneidade. Pluralismo contemporâneo, diferença e padrão, espacialidade e polivocalidade remetem-nos a algumas tradições que se tornaram contemporâneas e a algumas inovações que emergiram na contemporaneidade. Pluralismo e espacialidade, contudo dão a tonica às relações que nortearam este ensaio, revelando, por outro lado, a visão do autor do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPEL, H. **Filosofia y Ciencia em la Geografia Contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981.

CASSIRER, E. **A Filosofia das Formas Simbólicas**, I – A Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (1923).

CASTRO, I. E. O Problema da Escala. In: I. E. Castro; P. C. C. Gomes; e R. L. Corrêa (orgs.). **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil, 1995.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1997.

CORRÊA,R. L. Uma Nota sobre a Escala e o Urbano. **Território**, 11-13, 2001-2003.

CORRÊA, R.L. A Espacialidade da Cultura. In: Org. M. P. Oliveira; M. C. C. Nunes; A.M. CORRÊA (orgs.). **O Brasil, América Latina e o Mundo** – Espacialidades Contemporaneas. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2008.

DUNCAN, J. Após a Guerra Civil. Reconstruindo a Geografia Cultural como Heterotopia. In: R. L. CORRÊA; Z. Rosendahl (orgs.). **Geografia Cultural**: Um Século (2). Rio de Janeiro, EDUERJ, 2000.

DUNCAN, J. The City as Text. The Politics of Landscape Interpreptation. In: **The Kandyan Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DUNCAN, N. e Sharp, J. Confronting Representations. Environment and Planning Space D. **Society and**

Space, 11, 1993.

EAGLETON, T. **Literary Theory**. Minneapolis: Minnesota University Press, 2a ed., 1996.

FEYERABEND, P. **Contra el Metodo**. Barcelona: Ariel, 1974.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico e Científico Editora, 1989.

GEERTZ, C. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes Edidtora, 2004.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1996.

HALL, S. **Representations. Cultural Representations and Signifying Practices**. Londres: Sage Publications, 1997.

HOLZER, W. O Método Fenomenológico: Humanismo e a Construção de uma Nova Geografia. In: Z. ROSENDAHL; R. L. CORRÊA (orgs.). **Temas e Caminhos da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

LEFÉBVRE, H. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LIVINGSTONE, D. **The Geographical Tradition**: Episodes in the History of a Contested Enterprise. Oxford: Blackwell, 1992.

LUKACS, G. **Introdução a uma Estética Marxista** – Sobre a Categoria da Particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MCMASTER, R; SHEPPARD, E. – Introdution: Scale and Geographic Inquiry. In: E. SHEPPARD; R. McMASTER (orgs.). **Scale and Geographic Inquiry**: Nature, Society and Methodology. Malden: Blackwell, 2004.

MEINIG, D. O Olho que Observa: Dez Versões sobre a Mesma Cena. **Espaço e Cultura**, 16, 2003.

RELPH, E. **Place and Placelessness**. Londres: Pion, 1976.

TUAN, Y.F. **Espaço e Lugar**. A Perspectiva da Experiencia. São Paulo: DIFEL, 1983.

Trabalho enviado em agosto de 2011
Trabalho aceito em outubro de 2011